



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA  
Câmara Municipal  
CONTRIBUINTE N.º 506 849 635

**EDITAL**

**JOSÉ FRANCISCO GOMES MONTEIRO**, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA, **Torna Público**, ao abrigo do n.º 1, do artigo 56.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, as deliberações tomadas em reunião ordinária do Executivo Municipal de 4/6/2014:-----

----- **SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES** -----

----- **ASSUNTO: ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA ESTRUTURAS RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS** -----

----- **Nome: Santa Casa da Misericórdia de Linhares da Beira** -----

----- Foi presente informação técnica, relativa ao requerimento n.º 145, do processo n.º 14/2014, de 15/4/2014, dando conhecimento de que o requerente pretende isenção do pagamento de taxas referente ao projeto para a obra de alteração e ampliação de edifício para estruturas residencial para pessoas idosas, sita na Rua da Escola, na freguesia de Linhares da Beira. -----

----- Mais informa que tendo em conta o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira o pedido encontra-se enquadrado na alínea a), do ponto 4, do artigo 14.º, face ao exposto propõe o deferimento do pedido, dado que estão em presença de uma IPSS. -----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos da informação técnica, deferir o pedido de isenção do pagamento de taxas, relativa ao projeto em título.** -----

----- **SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** -----

----- **ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 1/2007, EM NOME DE MANUEL ALEIXO DA CRUZ - ADITAMENTO AO ALVARÁ** -----

----- Sobre o assunto em título, foi presente informação técnica com registo n.º 1438, de 29/5/2014, dando conhecimento que o promotor através de requerimento com registo n.º 197, de 15/5/2014, apresentou os documentos solicitados. Mais

informa que, nos termos do n.º 7 do artigo 27.º do RJUE, a alteração da licença dá lugar a aditamento ao alvará, que, no caso de operação de loteamento é comunicado à Conservatória do Registo Predial. -----

----- **A Câmara deliberou, nos termos da lei, aprovar o aditamento ao alvará relativo à operação de loteamento n.º 1/2007, em nome de Manuel Aleixo da Cruz.** -----

----- **ASSUNTO: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA REALIZAÇÃO DA FESTA DE SÃO JOÃO, NA LOCALIDADE DE RATOEIRA E CORTE DE ARRUAMENTO AO TRÂNSITO** -----

----- **Requerente: Freguesia de Ratoeira** -----

----- Foi presente informação técnica com registo interno n.º 1367, datada de 22/5/2014, dando conhecimento de que foi solicitado, pela Freguesia da Ratoeira, autorização para proceder ao corte do trânsito, na Rua da Igreja, entre as 15:00h do dia 21/6 até às 3:30h do dia 22/6, no âmbito das comemorações das Festas de São João. -----

----- Sendo que o parecer da GNR é favorável, nada tem a opor. -----

----- **A Câmara deliberou, por maioria, autorizar o corte de estrada, nos termos descritos na informação técnica, bem como, incumbir os serviços de dar cumprimento a todos os requisitos nela constante.** -----

----- **ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE CORTES DE TRÂNSITO PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE SÃO PEDRO** -----

----- **Requerente: Grupo Cultural dos Amigos de São Pedro** -----

----- Foi presente informação técnica com registo interno n.º 1369, datada de 22/5/2014, dando conhecimento de que foi solicitado, pelo Grupo Cultural dos Amigos de São Pedro, autorização de cortes de trânsito nas seguintes ruas: -----

----- Rua Sacadura Cabral entre a Rua 25 de abril e a Rua Barroco D'El Rei, nos dias 27, 28 e 29 de junho de 2014, entre as 21h e a 1h; -----

----- Rua de São Pedro em toda a sua extensão e permanente nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de junho de 2014; -----

----- Saída do Largo Tenente Coronel Alberto Magalhães Osório para a rua Fernão Pacheco, permanente nos dias 26, 27, 28, 29 e 30 de junho de 2014. -----

----- Mais informa que, uma vez que, o parecer da GNR é favorável, nada tem a opor. - -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, autorizar o corte de estrada, nos termos descritos na informação técnica, bem como, incumbir os serviços de dar cumprimento a todos os requisitos nela constante. -----

----- **SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS** -----

----- **ASSUNTO:** PROTOCOLO DE ESTÁGIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA E O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA – RATIFICAÇÃO -----

----- Foi presente, para ratificar, protocolo entre o Município de Celorico da Beira e Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, para acolhimento em contexto de estágio de dois alunos do Curso Profissional de Técnico de Manutenção Industrial – Variante de Mecatrónica Automóvel. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o protocolo entre o Município de Celorico da Beira e o Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, nos termos constante do mesmo. -----

----- **SECÇÃO DE CONTABILIDADE** -----

----- **ASSUNTO:** PORTARIA 53/2014, DE 3 DE MARÇO DE 2014 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA FINANCEIRA -----

----- Foi presente informação interna com registo n.º 1460, de 30/5/2014, da Secção de Contabilidade, dando conhecimento de que, nos termos da Portaria n.º 53/2014, conjugada com o artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013 e Decreto-Lei n.º 209/2009 e com a Lei n.º 12-A/2008, a decisão de contratação de serviços de consultadoria financeira, está sujeita a parecer prévio vinculativo do órgão executivo. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a contratação de serviços de consultadoria financeira, nos termos constantes da informação técnica. -----

----- **ASSUNTO:** PORTARIA 53/2014, DE 3 DE MARÇO DE 2014 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS -----

----- Foi presente informação interna com registo n.º 1459, de 30/5/2014, da Secção de Contabilidade, dando conhecimento de que, nos termos da Portaria n.º 53/2014, conjugada com o artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013 e Decreto-Lei n.º

209/2009 e com a Lei n.º 12-A/2008, a decisão de contratação de serviços de certificação legal de contas, nos termos do art.º 77.º, da Lei n.º 73/2012, de 3/9, está sujeita a parecer prévio vinculativo do órgão executivo.-----

----- **A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável para a contratação de serviços de certificação legal de contas, nos termos constantes da informação técnica.** -----

Por ser verdade se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume.

O Presidente da Câmara

  
José Francisco Gomes Monteiro